

Usos indevidos dos resultados de avaliações: proposta de *framework* teórico

ANDERSON JOSÉ FREITAS DE CERQUEIRA^I

ROBERTO BRAZILEIRO PAIXÃO^{II}

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v17i54.4872>

Resumo

A avaliação é um meio importante para qualificar a gestão na área pública e viabilizar o controle social sobre a efetividade da ação do Estado. O uso da avaliação, que pode advir do processo ou do resultado, demonstra ser uma ferramenta para os usuários tanto para o fornecimento de informações para a tomada de decisões locais e de menor impacto, quanto para decisões gerais e com impacto mais amplo. Essas decisões dos usuários podem ser errôneas e/ou maliciosas, provocando o uso indevido da avaliação. Neste artigo, busca-se explorar, através de uma revisão sistemática, o estado da arte sobre o uso indevido da avaliação e uma proposição de um *framework*. Os resultados indicaram que há nove estudos que tratam, de forma substancial, o uso indevido da avaliação desde 1994. Os achados, que são explorados no estudo, indicam a baixa percepção dos profissionais e acadêmicos sobre este tema importante para o uso adequado da avaliação. Notou-se que os usuários são os principais responsáveis pelo uso indevido, sendo os motivos provocados por ações intencionais e não intencionais, relacionando-os com os usos malicioso e errôneo respectivamente.

Palavras-chave: uso indevido dos resultados da avaliação; usuários da avaliação; revisão sistemática; *framework*.

Submetido em: 12/03/2024

Aprovado em: 10/02/2025

^I Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador (BA), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-5063-9967>; e-mail: andersonjose.freitas@gmail.com.

^{II} Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador (BA), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-1532-3529>; e-mail: robertobrazileiro@gmail.com.

Misuse of evaluation results: theoretical framework proposal

Abstract

Evaluation is an important means of qualifying management in the public sector and enabling social control over the effectiveness of State action. The use of evaluation, which can come from the process or the result, proves to be a tool for users both to provide information for making local decisions with less impact, and for general decisions with a broader impact. These user decisions may be erroneous and/or malicious, causing misuse of the evaluation. In this article, we seek to explore, through a systematic review, the state of the art on the misuse of evaluation. To this end, the protocol by Xiao and Watson (2019) was used. The results indicated that there are nine studies that substantially address the misuse of evaluation since 1994. The findings, which are explored in the study, indicate the low perception of professionals and academics on this important topic for the appropriate use of evaluation. It was noted that users are primarily responsible for misuse, with the reasons being caused by intentional and unintentional actions.

Keywords: misuse of evaluation results; evaluation users; systematic review; framework.

Mal uso de los resultados de la evaluación: propuesta de *framework* teórico

Resumen

La evaluación es un medio importante para calificar la gestión en el sector público y permitir el control social sobre la eficacia de la acción del Estado. El uso de la evaluación, que puede surgir del proceso o del resultado, resulta ser una herramienta para que los usuarios proporcionen información tanto para la toma de decisiones locales con menor impacto como para decisiones generales con un impacto más amplio. Estas decisiones de los usuarios pueden ser erróneas y/o maliciosas, provocando un mal uso de la evaluación. En este artículo buscamos explorar, a través de una revisión sistemática, el estado del arte sobre el mal uso de la evaluación. Para ello se utilizó el protocolo de Xiao y Watson (2019). Los resultados indicaron que hay nueve estudios que abordan sustancialmente el mal uso de la evaluación desde 1994. Los hallazgos, que se exploran en el estudio, indican la baja percepción de profesionales y académicos sobre este importante tema para el uso apropiado de la evaluación. Se señaló que los usuarios son los principales responsables del mal uso, siendo los motivos causados por acciones intencionales y no intencionales.

Palabras clave: mal uso de los resultados de la evaluación; usuarios de evaluación; revisión sistemática; *framework*.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação é um meio importante para qualificar a gestão pública e o controle social sobre a efetividade da ação do Estado (Ramos; Schabbach, 2012). Envolve o julgamento de méritos ou valores da política pública implementada (Scriven, 1967) e tem como propósito guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou suspensão de uma determinada política ou programa (Costa; Castanhar, 2003).

O estudo sobre avaliação envolve as abordagens sobre a metodologia, a valoração dos objetos e o uso do resultado ou processo da avaliação. Neste estudo, explora-se o uso do resultado da avaliação, que se preocupa em auxiliar os principais interessados (usuários) no programa ou política pública no processo de tomada de decisão (Alkin; King, 2017; Patton, 2020).

Quando o uso da avaliação não é utilizado adequadamente, a literatura define como uso indevido da avaliação. Nos últimos anos, há uma inquietude em relação ao uso indevido das avaliações, pois os usuários em potencial costumam ser pessoas com poder de tomar decisões que afetam outras pessoas (Alkin; King, 2017). Entretanto, a discussão sobre o uso indevido recebeu pouca atenção dos pesquisadores da área (Stevens; Dial, 1994; Fleischer; Christie, 2009).

O uso indevido pode ser visto em alguns cenários, como por exemplo, alteração das conclusões da avaliação, relatar resultados seletivamente, atribuição de descobertas de um estudo que diferem dos resultados reais, simplificação em demasia dos resultados, não qualificação dos resultados e acentuação de descobertas negativas (Stevens; Dial, 1994).

O uso indevido da avaliação pode levar a consequências negativas em termos de justiça social (Alkin; King, 2017). Para estes autores, isso pode ser reflexo do uso de forma inadequada ou antiética. Em outra perspectiva, o uso indevido da avaliação significa que uma avaliação foi usada para a finalidade não prevista ou que os resultados de uma avaliação foram mal aplicados ou usados indevidamente (Stevens; Dial, 1994).

Há registro na literatura de estudos empíricos que exploram o uso indevido provocado pelo avaliador (Christie; Alkin, 1999; Fleischer; Christie, 2009; Morris, 2008). A responsabilidade pelo que a literatura aponta da avaliação incorreta (*misevaluation*) recai sobre os avaliadores, em razão da distinção entre uso indevido, não uso, e avaliação incorreta ou avaliação falha (Alkin; Coyle, 1988). No entanto, é

possível colocar a responsabilidade pelo uso indevido também sobre os usuários, pela possibilidade de optarem pela forma como irão utilizar os resultados da avaliação que, em última análise, afetam os beneficiários de uma avaliação (Cousins, 2004).

Neste contexto, surge a necessidade de investigar como o uso indevido do resultado da avaliação é explorado na literatura, buscando identificar a sua origem, diferenças e orientações para evitar a sua ocorrência, com o intuito de promover a construção de um *framework*.

Neste estudo, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: **como a literatura explora o uso indevido da avaliação até 2022?** Como resposta a este problema, este artigo busca apresentar, por meio de uma revisão sistemática da literatura (RSL), os estudos que exploram o uso indevido da avaliação. Essa ferramenta é importante, pois resume as evidências existentes, identifica lacunas e fornece um enquadramento para adequar novas atividades de investigação (Kitchenham; Charters, 2007).

O resultado desta pesquisa permite um maior conhecimento sobre o uso indevido da avaliação, pela comunidade acadêmica e partes interessadas, tendo em vista que na revisão da literatura entre 1986 e 2005 foram encontrados 41 estudos sobre o uso da avaliação (Johnson; Greenesid; Toal; King; Lawrenz; Volkov, 2009). E, até a construção deste trabalho, não foi encontrada uma revisão de literatura que explorasse o uso indevido da avaliação.

Compreender as formas do uso indevido demonstra potencial em ajudar o avaliador na busca dos usos devidos da avaliação, pois viabiliza a construção de padrões adequados na prática avaliativa, permitindo que sejam compreendidas as consequências das escolhas e ações dos usuários pretendidos da avaliação (Cousins, 2004).

Além desta introdução, o artigo possui: a RSL que identificará na literatura estudos sobre o uso indevido da avaliação; a proposição de um *framework*; e a conclusão.

2. REVISÃO SISTEMÁTICA DO USO INDEVIDO DA AVALIAÇÃO

A revisão de literatura é um mecanismo essencial para uma pesquisa científica. Ela conduz um caminho do início até a fronteira atual do conhecimento por meio de ações planejadas, estruturadas e controladas. Serve como suporte para atender aos objetivos, avaliar a validade e qualidade do trabalho, fundamentar a

formulação de hipóteses e identificar pontos divergentes nos estudos investigados (Vaverka; Fenn, 2002).

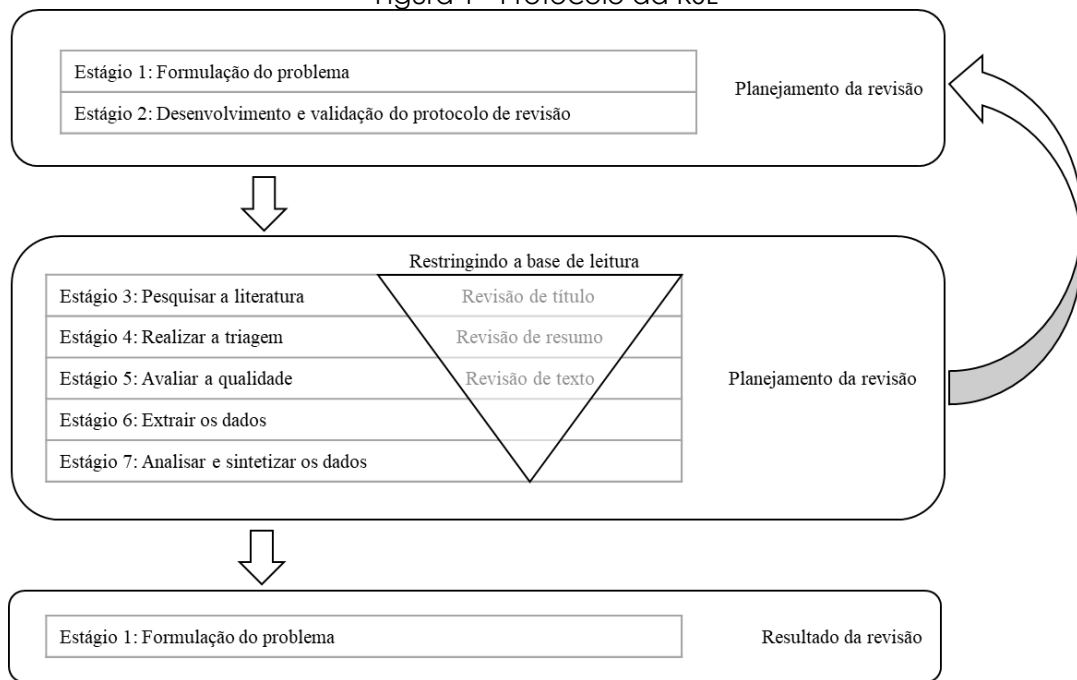
Nesta pesquisa foi usada a RSL para identificar o estado da arte sobre o uso indevido da avaliação. Para tanto, foram utilizados os trabalhos de Kitchenham e Charters (2007) e Xiao e Watson (2019), que desenvolveram um protocolo que atende a proposta deste estudo. O estudo que demonstre aprofundamento na metodologia de RSL transmite uma capacidade de confiabilidade, permitindo, inclusive, ser repetível. Uma RSL deve seguir uma estratégia de pesquisa predefinida. Isso se deve em razão do volume de estudos publicados ser tão significativo que inviabiliza o pesquisador se manter atualizado, sobretudo quando há resultados divergentes (Chung; Monroe, 2007).

Há vantagens e desvantagens da RSL. No campo das vantagens, os autores indicam que: os resultados da revisão da literatura provavelmente são menos tendenciosos, embora não proteja contra o viés de publicação de estudos primários; podem fornecer informações sobre os efeitos de algum fenômeno diante de diversos métodos empíricos; é possível combinar dados usando a técnica de meta-análise, permitindo um aumento na probabilidade de detectar efeitos reais, diferentemente de estudos individuais de menor porte que são incapazes de detectar. Em relação às desvantagens, os autores apontam que o esforço é consideravelmente maior em relação ao método tradicional (Kitchenham; Charters, 2007).

A tipologia desta RSL alinha-se à *Escoping Review*, pois tem como objetivo extrair um conjunto de informações, fornecendo em tempo hábil uma visão completa das pesquisas que foram feitas (Arksey; O'Malley, 2005). Busca-se, neste estudo, evidências em relação à identificação das metodologias, variáveis, dos achados com o intuito de identificar a fronteira do conhecimento, o tamanho do conjunto de pesquisas, tipos de evidências disponíveis e lacunas de pesquisa referente ao uso indevido da avaliação.

Apesar das diferenças nos procedimentos em vários tipos de revisões de literatura, todas as revisões podem ser conduzidas seguindo oito estágios comuns (Xiao; Watson, 2019), conforme Figura 1.

Figura 1 - Protocolo da RSL



Fonte: Xiao e Watson (2019).

Os dois primeiros estágios envolvem o planejamento da RSL. No primeiro estágio, foi formulado o problema. É importante que não seja muito ampla, pois poderá resultar em uma grande quantidade de achados, provocando uma revisão incontrolável. Para isso, a construção do problema baseou-se em um tema específico (uso indevido) dos desenvolvimentos teóricos sobre uso da avaliação, com o intuito de compreender o seu estado da arte. Portanto, busca-se investigar de que forma os estudiosos estão investigando o uso indevido da avaliação.

No segundo estágio, foi desenvolvido, estruturado e validado o protocolo de pesquisa. Esta etapa é crucial para um adequado rigor na RSL. Isto porque aumenta a confiabilidade da revisão, viabilizando outros estudiosos a repetirem o estudo para uma verificação cruzada.

O protocolo de revisão deve descrever detalhadamente todos os elementos da revisão. Para isso, adotou-se o fluxograma adaptado de Xiao e Watson (2019). Na condução da RSL, há mais cinco estágios. O terceiro estágio refere-se à pesquisa da literatura. Os principais bancos de dados para identificação de potenciais estudos serão *Web of Science*, *Scopus*, *Ebsco* e *Proquest*.

As palavras-chaves, responsáveis pela orientação da busca, serão "Evaluat*" e "Misuse*". Nota-se que os operadores booleanos "*" refletem o radical da palavra possibilitando uma maior amplitude na busca de estudos. A expressão desenvolvida

buscou identificar tais palavras no título ou resumo do artigo. Ressalta-se que as consultas em cada base foram salvas e alimentadas na plataforma especializada para gerenciamento da RSL Rayyan, que permitirá a exportação de um formulário, constando os artigos incluídos e excluídos (com justificativa), inclusive por duplicação. Foi utilizado o *site parsifal.ai* que permitiu a criação de fatores de qualidade para identificar estudos alinhados com o problema da RSL.

Após a seleção inicial dos estudos, houve o quarto estágio, que se trata do processo de triagem. Para isso, foi estabelecido como critério de seleção a identificação das palavras-chaves no título e no resumo. Nota-se que poderá ter algumas combinações.

Quadro 1 - Protocolo de busca

Título	Resumo	Decisão
<i>Evaluation</i> ou <i>Evaluate</i> ou <i>Evaluator</i>	<i>Misuse</i>	Selecionado
<i>Misuse</i>	<i>Evaluation</i> ou <i>Evaluate</i> ou <i>Evaluator</i>	Selecionado
<i>Evaluation</i> ou <i>Evaluate</i> ou <i>Evaluator</i>	<i>Evaluation</i> ou <i>Evaluate</i> ou <i>Evaluator</i>	Excluído
<i>Misuse</i>	<i>Misuse</i>	Excluído
Nenhuma das palavras-chaves	<i>Evaluation</i> ou <i>Evaluate</i> ou <i>Evaluator</i>	Excluído
Nenhuma das palavras-chaves	<i>Misuse</i>	Excluído
<i>Evaluation</i> ou <i>Evaluate</i> ou <i>Evaluator</i>	Nenhuma das palavras-chaves	Excluído
<i>Misuse</i>	Nenhuma das palavras-chaves	Excluído

Fonte: Os autores (2023).

Em seguida, o quinto estágio tem como finalidade avaliar a qualidade do trabalho. Para tanto, foi necessário ler todos os estudos selecionados da triagem no quarto estágio. O termo “avaliação de qualidade” refere-se à verificação da validade interna de um estudo para revisões sistemáticas. Há estudiosos que consideram também a validade externa, pela capacidade de generalizar os resultados.

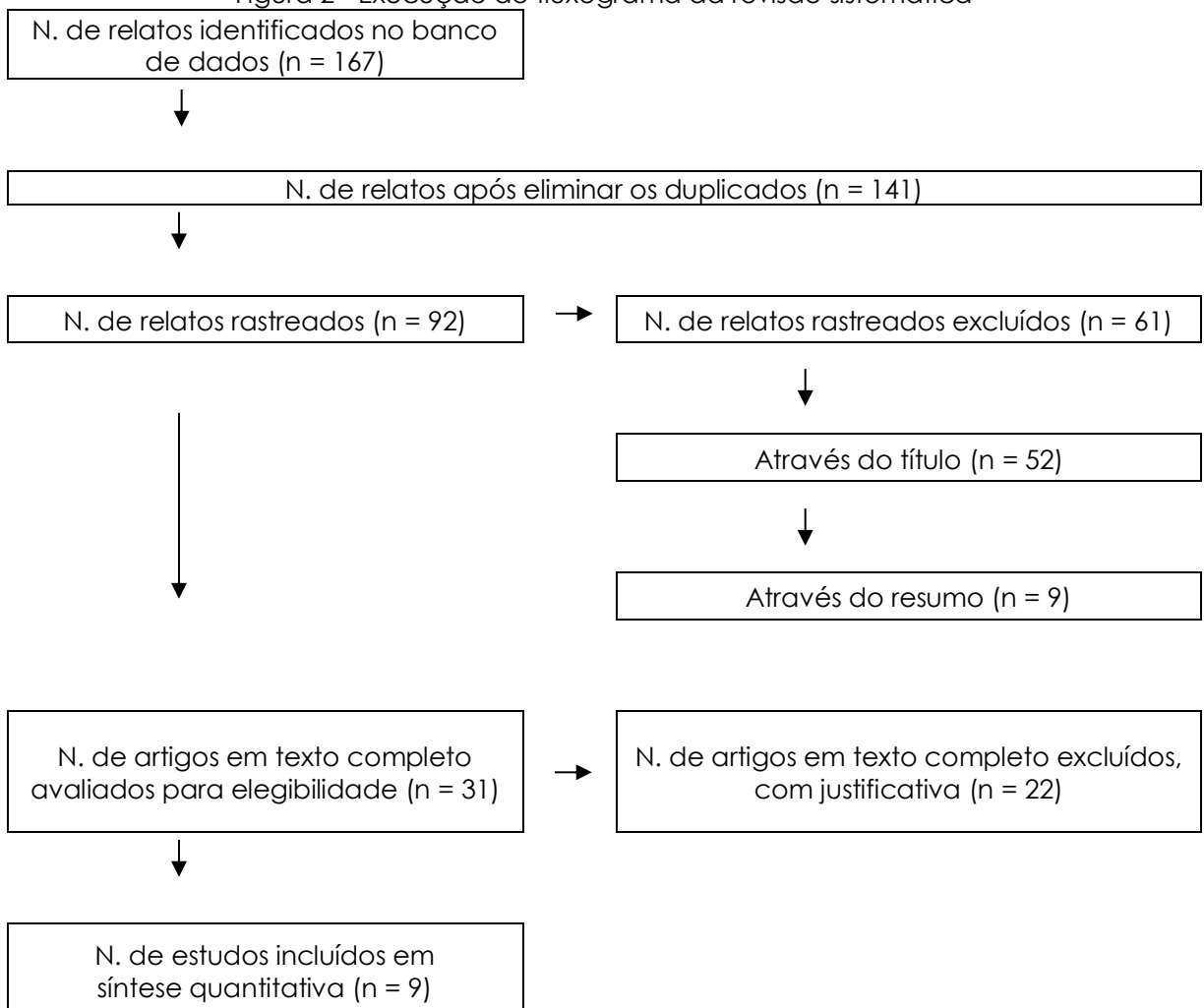
Neste estudo, foi considerada a validade interna como principal critério em relação à validade externa. Salienta-se que os artigos que possuíam o viés da dúvida quanto à qualidade foram avaliados por uma terceira pessoa, promovendo assim a dupla checagem. Após o levantamento dos artigos incluídos na síntese quantitativa, iniciou-se o processo de identificar outros artigos a partir dos artigos selecionados, com a finalidade de acompanhar e confirmar o estado da arte. Essa técnica promoveu uma retroalimentação no protocolo da RSL, em que novos artigos foram incluídos na triagem.

O sexto estágio trata da extração de dados. Após a realização das consultas, estes dados foram fichados no programa Zotero. Assim que o processo de extração de dados chegou à sua conclusão, surgiu o sétimo estágio, em que houve uma organização dos dados através da tabela. Houve uma descrição textual das principais informações que compõem o objeto de pesquisa.

Por fim, o último estágio, que evidenciou as descobertas da RSL. Neste estágio, o objetivo foi relatar em detalhes o processo, destacando as justificativas dos critérios aplicados no protocolo (fluxograma). Os achados foram utilizados na revisão de literatura, buscando identificar informações que colaborassem em responder o problema de pesquisa. Foi iniciado em junho de 2022 e encerrado em dezembro do mesmo ano.

Os resultados e números foram obtidos com a análise dos artigos após a sua categorização, seguindo o último estágio (Xiao; Watson, 2019).

Figura 2 - Execução do fluxograma da revisão sistemática



Fonte: Os autores (2023).

Os elegíveis foram lidos na íntegra, tendo um sistema de pontuação no *site parsifal.ai*. Os artigos incluídos na síntese quantitativa entraram em uma triagem que resultou entre 0 e 3 pontos. Cada questão possui uma escala (não = 0 pontos, parcialmente = 0,5 ponto, sim = 1 ponto). As questões para verificar artigos qualificáveis foram as seguintes:

- O uso indevido da avaliação faz parte do objetivo de pesquisa?
- O estudo indica algum fator para explicar o uso indevido da avaliação?
- Há algum cenário ou caso explorado sobre o uso indevido da avaliação?

Foram qualificados os estudos que tiveram pontuação acima de 2 pontos, em razão de representarem elementos suficientes para considerar o uso indevido como elemento importante no estudo.

Quadro 2 - Avaliação da qualidade dos trabalhos selecionados na revisão sistemática

Estudo	O uso indevido da avaliação faz parte do objetivo de pesquisa?	O estudo indicar algum fator para explicar o uso indevido da avaliação?	Há algum cenário ou caso explorado sobre o uso indevido da avaliação?	Pontos
Dial (1994)	Sim	Sim	Sim	3
Palumbo (1994)	Sim	Sim	Sim	3
Duffy (1994)	Sim	Sim	Sim	3
Cousins (2004)	Sim	Sim	Sim	3
Alkin e King (2017)	Sim	Sim	Sim	3
Stevens e Dial (1994)	Sim	Parcialmente	Sim	2,5
Morris e Cohn (1993)	Parcialmente	Sim	Parcialmente	2
Patton (2020)	Não	Sim	Não	1
Deming (1975)	Não	Parcialmente	Não	0,5
Wolfensberger e Gleen (1975)	Não	Parcialmente	Não	0,5
Perrin (1998)	Não	Não	Parcialmente	0,5
McClure e Bertot (2001)	Não	Não	Parcialmente	0,5
Cooksy e Caracelli (2005)	Não	Parcialmente	Não	0,5
Hartz, Denis, Moreira e Matilda (2009)	Não	Parcialmente	Não	0,5
Woltjer, Alexander e Ruth (2016)	Não	Parcialmente	Não	0,5
Young e Pappenfort (1977)	Não	Não	Não	0

Continua

				Conclusão
Estudo	O uso indevido da avaliação faz parte do objetivo de pesquisa?	O estudo indicar algum fator para explicar o uso indevido da avaliação?	Há algum cenário ou caso explorado sobre o uso indevido da avaliação?	Pontos
Kuehlhorn, Johansson e Ludenberg (1979)	Não	Não	Não	0
Lemos (1994)	Não	Não	Não	0
Shiner (1996)	Não	Não	Não	0
Bernstein (1999)	Não	Não	Não	0
Leviton (2001)	Não	Não	Não	0
Irani e Love (2008)	Não	Não	Não	0
Battjes, Gordon, O'Grady, Kinlock, Katz e Sears (2004)	Não	Não	Não	0
Calloway (2005)	Não	Não	Não	0
Dei Rossi, Iacono e Marin (2016)	Não	Não	Não	0
Ofek (2016)	Não	Não	Não	0
Deeming (2017)	Não	Não	Não	0
Westlund e Stuart (2017)	Não	Não	Não	0
Perrin (2017)	Não	Não	Não	0
Adom, Adu-Mensah e Dake (2020)	Não	Não	Não	0
Rotteau, Albert, Bhattacharyya, Berta e Webster (2021)	Não	Não	Não	0

Fonte: Os autores (2022).

Após mapear as pesquisas que tratam da revisão sistemática, o aprofundamento sobre como o uso indevido é visto na literatura, será explorado na próxima seção.

3. USO INDEVIDO DA AVALIAÇÃO

Em investigação com pessoas pertencentes ao diretório da *American Evaluation Association* (AEA), 20% dos respondentes apontaram que pode haver uso indevido de avaliações, sendo este um problema frequente ou sério. O uso indevido ocorre quando os resultados: são suprimidos ou ignorados pelas partes interessadas; não são detalhados pela parte interessada; são usados para punir alguém que não seja o avaliador; são deliberadamente modificados pelas partes interessadas antes de serem divulgados; são mal interpretados pelas partes interessadas; são usados para punir o avaliador; ou quando há plágio ou informação incorreta da autoria (Morris;

Cohn, 1993).

Dois tipos de uso indevido de avaliação podem ser descritos: uso indevido por um cliente que está politicamente comprometido em continuar ou expandir uma avaliação, independentemente dos resultados; e o uso indevido por um avaliador que altera os resultados para satisfazer o cliente (Palumbo, 1994).

Em uma perspectiva similar, o uso indevido da avaliação pode ocorrer também com avaliadores internos. Como membros das organizações, os avaliadores internos podem ser pressionados a realizar avaliações que, por definição, produzem descobertas tendenciosas a fim de garantir os resultados almejados pela administração (Duffy, 1994).

Em avaliações educacionais, ocorre quando o processo ou os resultados de uma avaliação são alterados para promover os próprios interesses daqueles interessados na avaliação (ou seja, autopreservação e autopromoção), tendo dificuldade em demonstrar o impacto na população-alvo (Dial, 1994). O autor apresentou este argumento a partir de três cenários envolvendo avaliador, o diretor da escola e o responsável por uma política educacional respectivamente. Além disso, no levantamento prático dos cenários, o uso indevido ocorre quando altera intencionalmente o relatório escrito, interrompe a avaliação antes que ela seja concluída, altera avaliadores externos ou internos, designa um avaliador inepto, retém informações, “cozinha” os dados, ou até mesmo solicita a avaliação em um determinado momento de melhor interesse.

O uso indevido também pode ocorrer indiretamente através das respostas fornecidas pelos entrevistados, em que os avaliadores tomam decisões baseadas nestas respostas. Em um estudo de caso sobre a gestão da avaliação, notou-se que os funcionários forneceram informações enganosas, com respostas evasivas (Vroom; Colombo; Nahan, 1994).

A literatura aponta que há dimensões no uso indevido, que incluem a forma intencional ou não intencional. O uso indevido intencional gera manipulação em algum aspecto na avaliação, com o intuito de obter benefícios (Alkin; Coyle, 1988), bem como surge ao usar a avaliação no processo para paralisar a tomada de decisão (Christie; Alkin, 1999). Já o uso indevido não intencional, ocorre quando o cliente (objeto de avaliação) comete falhas de interpretação ou compreensão sem saber que suas ações estão levando ao uso indevido dos resultados da avaliação.

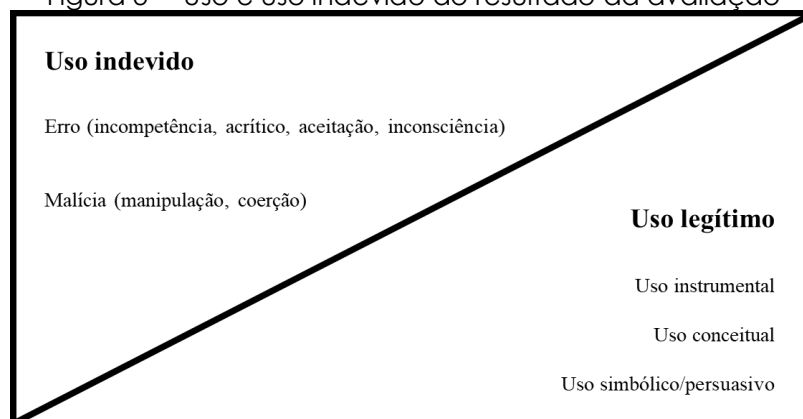
Através de questionários sobre o uso de avaliações, os membros da *American*

Evaluation Association sinalizaram que os seus resultados de avaliações feitas já haviam sido usados indevidamente. Notou-se que 9% da amostra relatou a ocorrência do uso indevido com “frequência”, sendo que 43% sinalizou que ocorreu “às vezes” e 34% informou que tais situações ocorreram “raramente”. Além disso, foi identificado que os respondentes relataram o uso indevido de forma intencional (26% do total de respondentes) e não intencional (24% do total de respondentes) (Preskill; Caracelli, 1997).

Uma pesquisa semelhante com membros da *American Evaluation Association* notou que 52% dos respondentes sinalizaram a ocorrência do uso indevido intencional e 66% de forma não intencional como um problema. Portanto, os indícios sinalizam que o uso indevido não deve ser desprezado (Fleischer; Christie, 2009).

Nota-se que os pesquisadores citados discutem ações e comportamentos do avaliador, ponderando a influência da ética. No entanto, é preciso ter atenção também com o usuário, pois a sua ação produz impacto em diversas pessoas que são beneficiárias dos programas avaliados (Cousins, 2004). O autor estruturou uma interpretação do uso legítimo e do uso indevido da avaliação.

Figura 3 – Uso e uso indevido do resultado da avaliação



Fonte: Os autores (2024) adaptado de Cousins (2004).

No cenário de uso legítimo, os resultados da avaliação são empregados de maneiras legítimas para apoiar decisões discretas (uso instrumental), fomentar a aprendizagem (uso conceitual) ou persuadir (uso simbólico).

Nota-se, portanto, que o uso indevido na perspectiva do usuário possui duas formas. Se algum usuário da avaliação não for tecnicamente competente para utilizar o resultado adequadamente ou não estiver ciente dos atributos de qualidade da avaliação, é um caso sobre uso errôneo. Por outro lado, se o usuário for tiver

capacidade de usar o resultado da avaliação corretamente e metodologicamente capaz de discernir a qualidade duvidosa da avaliação e, ainda assim, optar por usá-la, então, neste caso, deve ser categorizado como um caso de uso malicioso.

Já a avaliação incorreta (*misevaluation*), que não é um uso indevido, pode surgir através da incompetência do avaliador, erro do avaliador, circunstâncias imprevistas que levam à degradação do projeto e semelhantes (Cousins, 2004).

Nota-se, portanto, que o uso indevido na perspectiva do usuário possui duas formas. Se algum usuário da avaliação não for tecnicamente competente para utilizar o resultado adequadamente ou não estiver ciente dos atributos de qualidade da avaliação, é um caso sobre uso errôneo. Por outro lado, se o usuário for capaz de usar o resultado da avaliação corretamente e metodologicamente capaz de discernir a qualidade duvidosa da avaliação e, ainda assim, optar por usá-la, então, neste caso, deve ser categorizado como um caso de uso malicioso.

O uso indevido da avaliação pode ocorrer na forma errônea e na forma maliciosa, independente das fontes de uso. Tais fontes permitem ser associadas às fases que ocorrem em momentos diferentes: ao encomendar a avaliação; no processo da avaliação; ou ao usar os resultados, conforme visto no quadro 3.

Quadro 3 - Fases do uso indevido

Fases do uso indevido	Indicativo
Uso indevido por encomenda	O usuário encomenda uma avaliação para show político (uso simbólico) O usuário encomenda uma avaliação para justificar decisões já tomadas e não abertas a possíveis alterações (uso legitimador)
Uso indevido por processo de avaliação	O usuário subverte o processo de avaliação (por exemplo, limitando o acesso a fontes de dados existentes)
Uso indevido por resultados	O usuário modifica os dados ou o conteúdo do relatório ou seleciona o conteúdo intencionalmente O usuário deturpa as informações de avaliação (por exemplo, distribuindo resultados incompletos) O usuário ignora propositadamente os resultados da avaliação para ganho pessoal O usuário usa informações da avaliação conhecidas como imprecisas ou inválidas

Fonte: Os autores (2024) adaptado de Christie e Alkin (1999); Alkin e King (2017).

Sobre o uso indevido pela encomenda da avaliação, está implícita a intenção

do usuário de não utilizar o processo ou o resultado da avaliação. Neste contexto, há situações que envolvem o uso simbólico-legitimador.

A razão simbólica da avaliação pode ser um fator do uso indevido. Nesta seara, há duas formas: o uso indevido por parte daquele que encomenda a avaliação e por parte daqueles interessados (*stakeholders*) ou usuários em potencial. Sobre a primeira forma, ressalta-se a possibilidade do uso simbólico ser interpretado como um uso indevido ao se analisar profundamente a sua essência, em razão da vantagem política (Alkin; King, 2017; Weiss, 1993). Ainda há a perspectiva da publicidade, quando o indivíduo, ao encomendar a avaliação, busca estar no campo de visão público de modo a aumentar o prestígio profissional para atender a interesses individuais, não considerando o resultado da avaliação adequadamente (Alkin; Daillak, 1979). Na razão do legitimador, os indivíduos encomendam as avaliações para justificar decisões previamente tomadas, mesmo com pouca ou nenhuma possibilidade de que os resultados da avaliação levem a uma reconsideração destas decisões anteriores (Alkin; King, 2017).

O uso indevido pode ocorrer no início do processo de encomenda, sob três possibilidades, quando: a avaliação é elaborada de forma que os resultados sejam inadequados para o uso correto diante do relatório de avaliação; o avaliador tem uma agenda pré-aceita em relação aos resultados da avaliação e projeta um plano de avaliação que produzirá apenas os resultados desejados; e, as partes interessadas exercem poder sobre o avaliador para elaborar uma avaliação que atenderá aos seus próprios interesses políticos ou pessoais. Após o processo de encomenda, o uso indevido ocorre: para dar a aparência de avaliar objetivamente questões, políticas e programas quando, de fato, as decisões já foram tomadas; quando as partes interessadas solicitam involuntariamente que um certo tipo de condução da avaliação seja realizada seletivamente (Stevens; Dial, 1994).

Sobre o uso indevido advindo do processo avaliativo, tal fase surge quando os usuários podem usar a influência política para sabotar uma avaliação ao não aceitar a metodologia que envolve o processo de avaliação (King, 1988). Isso ocorre quando os usuários antecipam descobertas que consideram insatisfatórias por serem uma ameaça potencial à avaliação, à reputação de uma agência/órgão ou à posição política de um usuário (Alkin; King, 2017).

O uso indevido advindo do processo também pode sofrer influência de recursos financeiros para realização de uma avaliação. Os tomadores de decisão

podem desviar fundos destinados para o desenvolvimento da avaliação para apoiar outros esforços sem justificativa pertinente (Christie; Alkin, 1999).

O uso indevido advindo do resultado pode ser visto também quando inclui o uso de avaliações para atrasar ações e para evitar a possibilidade de assumir responsabilidades (Alkin; Coyle, 1988). Nota-se, portanto, uma característica de interferência (Stevens; Dial, 1994).

O uso indevido advindo dos resultados da avaliação é visto quando o resultado da avaliação não se encaixa na agenda predeterminada do avaliador ou usuário. Há quatro situações em que este uso indevido pode ocorrer (Alkin; King, 2017).

Primeiramente, os usuários da avaliação podem modificar ou selecionar os achados que melhor se adaptam à sua agenda de interesse, promovendo um processo de interpretação fora do contexto. Neste caso, há duas interpretações. Uma quando as partes interessadas apresentam os dados, ou exigem que os dados sejam apresentados de uma forma mais negativa para que o programa seja cancelado, mesmo que os participantes recebam os resultados desejados. A outra é quando as partes interessadas ocultam os resultados, excluindo quaisquer descobertas negativas para que o programa continue, mesmo que os participantes não estejam se beneficiando do programa (Stevens; Dial, 1994).

A segunda ocorre quando os resultados da avaliação são deturpados, transmitindo resultados de forma imprecisa, fora da realidade (Weiss; Bucuvalas, 1980). O uso indevido ocorre na reformulação da conclusão da avaliação, bem como na divulgação de resultados incompletos e enganosos antes que um relatório de avaliação final esteja completo (Cook; Pollard, 1977). O mais óbvio é quando aqueles que solicitam uma avaliação distorcem os achados ou simplesmente rejeitam os achados e ignoram a avaliação (Palumbo, 1994).

A terceira ocorre quando o usuário intencionalmente ignora os resultados da avaliação para ganho pessoal. Ou seja, um cliente pode rejeitar as descobertas ou ignorar deliberadamente os resultados (Stevens; Dial, 1994). Mesmo a melhor avaliação pode não ser usada se um tomador de decisão sentir que tal uso prejudicará sua situação pessoal (King, 1988).

A quarta situação ocorre quando o usuário ativamente usa informações da avaliação imprecisas ou inválidas de forma astuciosa. Por exemplo, relatar seletivamente os resultados, atribuir achados a um estudo que diferem dos resultados

reais, transmitir os resultados de maneira imprecisa ou simplificar demais os achados (Alkin; Coyle, 1988).

O contexto do uso indevido dos achados da avaliação pode: promover ou encerrar uma carreira política; permitir o uso dos resultados para recompensar ou punir funcionários; ou não distribuir as descobertas para outras partes interessadas (Stevens; Dial, 1994). Além disso, para os autores, o uso indevido pode ocorrer também se um programa é recompensado ou reconhecido em detrimento de outro, em razão de semelhanças pessoais ou políticas entre o pessoal do programa e o avaliador, e não por causa dos efeitos desejados sobre os participantes do programa.

4. FRAMEWORK DO USO INDEVIDO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Diante dos estudos levantados na RSL, é possível extrair situações em que ocorre o uso indevido da avaliação. Tais situações podem ser categorizadas como: usos errôneos ou usos maliciosos. Além disso, é possível identificar a fonte e o tipo de uso da avaliação.

Quadro 4 - Estudos empíricos que abordam o uso indevido

Autoria	Exemplo	Fonte	Uso indevido
Morris e Cohn (1993)	Os resultados da avaliação são suprimidos ou ignorados pelos usuários	Resultado	Malicioso Errôneo
	Os resultados não são detalhados pelos usuários	Resultado	Malicioso Errôneo
	Os resultados são usados para punir o usuário ou avaliador	Resultado	Malicioso
	Os resultados são deliberadamente modificados pelas partes interessadas antes de serem divulgados	Resultado	Malicioso
	Os resultados são mal interpretados	Resultado	Errôneo
Palumbo (1994)	O usuário está politicamente envolvido na avaliação, influenciando a decisão de continuar ou expandir a avaliação, independentemente dos resultados	Resultado	Malicioso Errôneo
	Os usuários que solicitam uma avaliação distorcem os achados ou simplesmente rejeitam os achados	Resultado	Malicioso Errôneo
Duffy (1994)	Pressão política sobre o avaliador interno para produzir resultados almejados pela administração	Resultado	Malicioso
Dial (1994)	O usuário altera as informações e dados do resultado da avaliação para atender algum interesse	Resultado	Malicioso

Continua

			Conclusão
Autoria	Exemplo	Fonte	Uso indevido
Alkin e King (2017)	O usuário encomenda uma avaliação para demonstração política	Processo	Malicioso Errôneo
	O usuário encomenda uma avaliação para justificar decisões que não serão modificadas	Resultado	Malicioso
	O usuário impede o processo da avaliação através da limitação de acesso à dados	Processo	Malicioso
	O usuário altera as informações e dados do resultado da avaliação	Resultado	Malicioso
	O usuário ignora o resultado para ganho pessoal	Resultado	Malicioso
	O usuário utiliza informações oficiais como imprecisas ou inválidas	Resultado	Malicioso

Fonte: Os autores (2023).

A partir da RSL pode-se verificar que o uso indevido ocorre, para os autores, mediante o uso errôneo ou o uso malicioso. Do ponto de vista do uso errôneo, pode acontecer quando os resultados da avaliação são mal interpretados (Morris; Cohn, 1993), tendo em vista que são ações não intencionais.

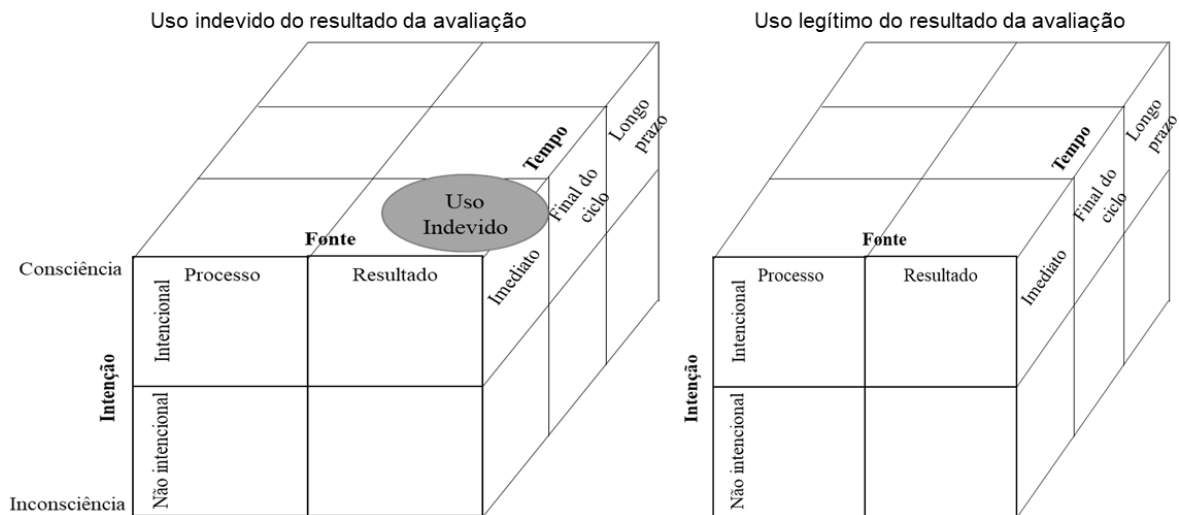
Quanto ao uso malicioso, a sua ocorrência é reconhecida nas três fases de uso indevido: encomenda, processo e resultado. No uso malicioso no momento da encomenda, o usuário busca realizar uma avaliação para justificar decisões que não serão modificadas (Alkin; King, 2017). Concernente ao processo, este uso ocorre quando há pressão política sobre o avaliador interno para produzir resultados almejados pela administração (Duffy, 1994) ou impede o processo da avaliação através da limitação de acesso a dados (Alkin; King, 2017).

Já no resultado, em sua maior ocorrência, o uso malicioso ocorre quando os resultados são modificados ou desconsiderados intencionalmente antes da divulgação, para atender a algum interesse (Morris; Cohn, 1993; Dial, 1994; Alkin; King, 2017), bem como para punição do usuário ou do avaliador (Morris; Cohn, 1993). Há situações na literatura em que os usos malicioso ou errôneo podem ocorrer a depender da intenção do usuário. Estes usos indevidos ocorrem quando os usuários suprimem, ignoram, não detalham, distorcem, rejeitam os resultados da avaliação. Além disso, quando os usuários estão envolvidos politicamente, independentemente dos resultados, podem tomar decisões enviesadas na encomenda, continuação ou expansão da avaliação (Alkin; King, 2017; Morris; Cohn, 1993; Palumbo, 1994).

Diante do contexto apresentado, o uso indevido da avaliação possui

interpretações diferentes. Entende-se, neste estudo, que o uso indevido da avaliação pertence à mesma dimensão do uso da avaliação, tendo a intenção/consciência como elementos essenciais para vincular o uso errôneo ou o uso malicioso. A Figura 4 demonstra uma interpretação baseada no cubo tridimensional proposta por Kirkhart (2000) e Alkin e Taut (2002).

Figura 4 - Estrutura comparativa entre o uso indevido e o uso legítimo do resultado da avaliação



Fonte: Os autores (2023) adaptado de Kirkhart (2000) e Alkin e Taut (2002).

Na interpretação extraída dos autores, o uso indevido pode ocorrer de forma consciente (intencional), quando as ações decorrem de comportamento malicioso, e inconsciente (não intencional), quando o uso da avaliação decorre de um erro. Ambas ocorrem em um sentido no qual o uso da avaliação não deveria ocorrer, porém ocorre.

Diferentemente do cubo de três camadas de Alkin e Taut (2002), a proposta do cubo focado no uso indevido apresenta duas camadas. Em relação à fonte, o uso indevido poder ocorrer nas duas (Alkin; King, 2017). Em relação ao impacto do uso indevido no tempo, segue a mesma lógica de Alkin e Taut (2002), em razão das consequências serem vistas de imediato, no final do ciclo e a longo prazo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o conceito de uso indevido da avaliação baseia-se da percepção adaptada de (Cousins, 2004), em que o uso indevido deriva de ações errôneas (uso errôneo), inconscientemente não intencionais, e ações antiéticas (uso

malicioso), conscientemente intencionais. Em nossa visão, este autor demonstra maior amplitude em relação à visão de Alkin e King (2017), em que o uso indevido da avaliação é oriundo apenas de ações antiéticas (maliciosas).

Aproximadamente um quarto dos avaliadores reconhecem o uso indevido intencional como um grande problema no uso da avaliação (Torres; Preskill; Piontek, 1997). Portanto, a intenção está ligada ao nível de consciência (Alkin; Taut, 2002), promovendo atitudes maliciosas.

Em contrapartida, a não intenção, ligada à inconsciência (Alkin; Taut, 2002), provoca o uso indevido por erro, que também importância, mas não recebe a mesma atenção. Esta interpretação fica mais clara e objetiva diante da proposta de *framework* apresentada, considerando as camadas fonte e tempo.

O recorte teórico, diante da revisão de literatura sistemática realizada, explica que o uso indevido advém quase que exclusivamente do uso malicioso (Alkin; King, 2017), ou seja, com ênfase muito maior que o uso errôneo (Cousins, 2004). Ou seja, o uso errôneo é tratado marginalmente como uso indevido da avaliação. Portanto, que as diferenças entre o uso malicioso e o uso errôneo não foram explorados tanto para os avaliadores, quanto para os usuários. Ademais, a literatura não orienta como o usuário ou avaliador pode evitar o uso indevido, indicando um *gap* teórico.

Os usos indevidos errôneo e malicioso não devem ser interpretados como fatores com diferentes pesos em termos de consequências negativas. Assim, ambos devem ser igualmente combatidos, afinal, são usos indevidos da avaliação.

Tal contribuição se enquadra na visão de teóricos sobre meios de evitar o uso indevido da avaliação. Para tanto, deve-se: buscar verificações independentes em seus processos de avaliação; se envolver em revisões metodológicas; e consultar os códigos de boas práticas de avaliação existentes (Shulha; Cousins, 1997), para avaliadores e usuários.

Nota-se que os pesquisadores e os avaliadores, na construção das avaliações, em geral, não informam como usar os resultados das mesmas. Enquanto o uso malicioso é incontrollável, em razão de condutas de má fé, o uso errôneo pode ser reduzido consideravelmente na medida em que o planejamento da avaliação apresenta os usos esperados ou indicações de como usar de acordo com os propósitos da avaliação.

Entender como as formas do uso indevido funcionam colabora para o desenvolvimento do trabalho do avaliador na busca dos usos adequados dos

resultados da avaliação. Ou seja, permite que sejam compreendidas as consequências das escolhas e ações dos usuários de acordo com o propósito da avaliação.

Por fim, este artigo oportuniza uma abertura para os pesquisadores buscarem explorar, empiricamente, razões para existência do uso indevido provocado por erro ou malícia, acrescentando variáveis exploratórias comportamentais, sociais, econômicas e culturais.

REFERÊNCIAS

- ADOM, D.; ADU-MENSAH, J.; DAKE, D. A. Test, measurement, and evaluation: understanding and use of the concepts in education. *International Journal of Evaluation and Research in Education (IJERE)*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 109-119, 2020. DOI: <http://doi.org/10.11591/ijere.v9i1.20457>. Disponível em: <https://ijere.iaescore.com/index.php/ijere/article/view/20457>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- ALKIN, M. C.; COYLE, K. Thoughts on evaluation utilization, misutilization and non-utilization. *Studies in Educational Evaluation*, Nova York, v. 14, n. 3, p. 331-340, 1988. DOI: [https://doi.org/10.1016/0191-491X\(88\)90027-2](https://doi.org/10.1016/0191-491X(88)90027-2). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0191491X88900272?via%3Dihub>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- ALKIN, M. C.; DAILLAK, R. H. A study of evaluation utilization. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, Washington, v. 1, n. 4, p. 41-49, 1979. DOI: <https://doi.org/10.3102/01623737001004041>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/01623737001004041>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- ALKIN, M. C.; KING, J. A. Definitions of evaluation use and misuse, evaluation influence, and factors affecting use. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 434-450, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1098214017717015>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1098214017717015>. Acesso em: 1 maio 2023.
- ALKIN, M. C.; TAUT, S. M. Unbundling evaluation use. *Studies in Educational Evaluation*, Nova York, v. 29, n. 1, p. 1-12, 2002. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0191-491X\(03\)90001-0](https://doi.org/10.1016/S0191-491X(03)90001-0). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191491X03900010>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1364557032000119616>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BATTJES, R. J.; GORDON, M. S.; O'GRADY, K. E.; KINLOCK, T. W.; KATZ, E. C.; SEARS, E. A. Evaluation of a group-based substance abuse treatment program for adolescents. *Journal of Substance Abuse Treatment*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 123-134, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jsat.2004.06.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740547204000777>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BERNSTEIN, D. J. Comments on perrin's "effective use and misuse of performance measurement". *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 85-93, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1098-2140\(99\)80110-6](https://doi.org/10.1016/S1098-2140(99)80110-6). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1098214099801106?via%3Di>

hub. Acesso em: 30 abr. 2023.

CALLOWAY, G. C. The rorschach: its use in child custody evaluations. *Journal of Child Custody: research, issues and practices*, [S. l.], v. 2, n. 1-2, p. 143-157, 2005. DOI: https://psycnet.apa.org/doi/10.1300/J190v02n01_08. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J190v02n01_08. Acesso em: 30 abr. 2023.

CHRISTIE, C. A.; ALKIN, M. C. Further reflections on evaluation misutilization. *Studies in Educational Evaluation*, Nova York, v. 25, n. 1, p. 1-10, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0191-491X\(99\)00006-1](https://doi.org/10.1016/S0191-491X(99)00006-1). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191491X99000061>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CHUNG, J.; MONROE, G. S. An exploratory study of counterexplanation as an ethical intervention strategy. *Journal of Business Ethics*, Dordrecht, v. 73, p. 245-261, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9204-4>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-006-9204-4>. Acesso em: 30 abr. 2023.

COOK, T. D.; POLLARD, W. E. Guidelines: how to recognize and avoid some common problems of misutilization of evaluation research findings. *Evaluation*, [S. l.], v. 4, p. 161-164, 1977.

COOKSY, L. J.; CARACELLI, V. J. Quality, context, and use: issues in achieving the goals of metaevaluation. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 31-42, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/1098214004273252>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1098214004273252>. Acesso em: 30 abr. 2023.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

COUSINS, J. B. Commentary: minimizing evaluation misuse as principled practice. *The American Journal of Evaluation*, v. 25, n. 3, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1177/109821400402500311>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109821400402500311>. Acesso em: 30 abr. 2023.

DEEMING, C. Uses and misuses of evaluation in social policy. In: GREVE, B. (ed.). *Handbook of Social Policy Evaluation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2017. p. 161-182.

DEI ROSSI, G.-L.; IACONO, M.; MARIN, A. Evaluating the impact of eDoS attacks to cloud facilities. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON PERFORMANCE EVALUATION METHODOLOGIES AND TOOLS, 9., 2016, Berlim. *Anais [...]*. Berlim: ICST, 2016. p. 188-195. DOI: <http://dx.doi.org/10.4108/eai.14-12-2015.2262650>. Disponível em: <http://eudl.eu/doi/10.4108/eai.14-12-2015.2262650>. Acesso em: 30 abr. 2023.

DEMING, W. E. The logic of evaluation. In: STRUENING, E. L.; GUTTENTAG, M. (ed.).

Handbook of evaluation research. v. 1 Nova York: Sage Publications, 1975. Capítulo 4.

DIAL, M. The misuse of evaluation in educational programs. *New Directions for Program Evaluation*, São Francisco, v. 1994, n. 64, p. 61–67, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.1695>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ev.1695>. Acesso em: 30 abr. 2023.

DUFFY, B. P. Use and abuse of internal evaluation. *New Directions for Program Evaluation*, São Francisco, v. 1994, n. 64, p. 25–32, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.1692>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ev.1692>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FLEISCHER, D. N.; CHRISTIE, C. A. Evaluation use: results from a survey of U.S. American evaluation association members. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 158–175, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1098214008331009>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1098214008331009>. Acesso em: 30 abr. 2023.

HARTZ, Z. M. A.; DENIS, J.-L.; MOREIRA, E.; MATIDA, A. From knowledge to action: challenges and opportunities for increasing the use of evaluation in health promotion policies and practices. In: MCQUEEN, D. V.; POTVIN, L. (ed.). *Health promotion evaluation practices in the Americas: values and research*. Nova York: Springer, 2009. p. 101–120.

IRANI, Z.; LOVE, P. (ed.). *Evaluating information systems*. Londres: Routledge, 2008.

JOHNSON, K.; GREENSEID, L. O.; TOAL, S. A.; KING, J. A.; LAWRENZ, F.; VOLKOV, B. Research on evaluation use: a review of the empirical literature from 1986 to 2005. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 377–410, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1098214009341660>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1098214009341660#tab-contributors>. Acesso em: 30 abr. 2023.

KING, J. A. Research on evaluation use and its implications for evaluation research and practice. *Studies in Educational Evaluation*, Nova York, v. 14, n. 3, p. 285–299, 1988. DOI: [https://doi.org/10.1016/0191-491X\(88\)90025-9](https://doi.org/10.1016/0191-491X(88)90025-9). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0191491X88900259>. Acesso em: 30 abr. 2023.

KIRKHART, K. E. Reconceptualizing evaluation use: an integrated theory of influence. *New Directions for Evaluation*, São Francisco, v. 2000, n. 88, p. 5–23, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.1188>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ev.1188>. Acesso em: 30 abr. 2023.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. M. *Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering*. Durham: Durham University, 2007.

KUEHLHORN, E.; JOHANSSON, L.; LUNDBERG, I. *Non-institutional treatment and rehabilitation: an evaluation of a swedish correctional experiment: shortened version*.

Suécia: Liber Distribution, 1979.

LEMOS, M. M. Not so straightforward: interpreting the scores. *Evaluation & Research in Education*, [S. l.], v. 8, n. 1–2, p. 69–83, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1080/09500799409533355>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09500799409533355>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LEVITON, L. C. Presidential address: building evaluation's collective capacity. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 1–12, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1098-2140\(01\)00106-0](https://doi.org/10.1016/S1098-2140(01)00106-0). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1098214001001060>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MCCLURE, C. R.; BERTOT, J. C. (ed.). *Evaluating networked information services: techniques, policy, and issues*. v. 1. Medford, N.J: Information Today, 2001.

MORRIS, M. (ed.). *Evaluation ethics for best practice: cases and commentaries*. Nova York: Guilford Press, 2008.

MORRIS, M.; COHN, R. Program evaluators and ethical challenges: a national survey. *Evaluation Review*, Califórnia, v. 17, n. 6, p. 621–642, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1177/0193841X9301700603>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0193841X9301700603>. Acesso em: 1 maio 2023.

OFEK, Y. Matching evaluation approaches to levels of complexity. *Evaluation Review*, Califórnia, v. 40, n. 1, p. 61–84, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0193841X16656102>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0193841X16656102>. Acesso em: 1 maio 2023.

PALUMBO, D. J. The political roots of misuse of evaluation. *New Directions for Program Evaluation*, São Francisco, v. 1994, n. 64, p. 15–23, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.1691>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ev.1691>. Acesso em: 1 maio 2023.

PATTON, M. Q. Evaluation use theory, practice, and future research: reflections on the Alkin and King AJE series. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 41, n. 4, p. 581–602, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1098214020919498>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1098214020919498>. Acesso em: 1 maio 2023.

PERRIN, B. Effective use and misuse of performance measurement. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 367–379, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1177/109821409801900308>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109821409801900308>. Acesso em: 1 maio 2023.

PERRIN, B. How Evaluation can help make knowledge management real. In: RIST, R.

C.; STAME, N. (ed.). *From studies to streams*. Nova York: Routledge, 2017. Capítulo 2.

PRESKILL, H.; CARACELLI, V. Current and developing conceptions of use: evaluation use tIG survey results. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 209–225, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1177/109821409701800122>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109821409701800122>. Acesso em: 30 abr. 2023.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271–1294, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2023.

ROTEAU, L.; ALBERT, M.; BHATTACHARYYA, O.; BERTA, W.; WEBSTER, F. When all else fails: the (mis)use of qualitative research in the evaluation of complex interventions. *Journal of Evaluation in Clinical Practice*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 264–271, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/jep.13396>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jep.13396>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. In: TYLER, R. W.; GAGNE, R. M.; SCRIVEN, M. (ed.). *Perspectives of curriculum evaluation*. Chicago: Rand McNally, 1967. p. 39–83.

SHINER, M.; NEWBURN, T. *Young people, drugs and peer education: an evaluation of the youth awareness programme (YAP)*. Londres: Great Britain Home Office 50, 1996.

SHULHA, L. M.; COUSINS, J. B. Evaluation use: theory, research, and practice since 1986. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 195–208, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1177/109821409701800121>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109821409701800121>. Acesso em: 30 abr. 2023.

STEVENS, C. J.; DIAL, M. What constitutes misuse? *New Directions for Program Evaluation*, São Francisco, v. 1994, n. 64, p. 3–13, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.1690>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ev.1690>. Acesso em: 30 abr. 2023.

TORRES, R. T.; PRESKILL, H. S.; PIONTEK, M. E. Communicating and reporting: practices and concerns of internal and external evaluators. *Evaluation Practice*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 105–125, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0886-1633\(97\)90016-7](https://doi.org/10.1016/S0886-1633(97)90016-7). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0886163397900167>. Acesso em: 30 abr. 2023.

VAVERKA, K.; FENN, S. *Background research: the review of literature*. Collaborative Research Network. Kansas: [s. n.], 2002. Disponível em: <http://kancrn.kckps.k12.ks.us/guide/literature.html>. Acesso em: 5 jul. 2011.

VROOM, P. I.; COLOMBO, M.; NAHAN, N. Confronting ideology and self-interest:

avoiding misuse of evaluation. *New Directions for Program Evaluation*, São Francisco, v. 1994, n. 64, p. 49–59, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.1694>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ev.1694>. Acesso em: 1 maio 2023.

WEISS, C. H. Where politics and evaluation research meet. *Evaluation Practice*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 93–106, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1177/109821409301400119>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109821409301400119>. Acesso em: 30 abr. 2023.

WEISS, C. H.; BUCUVALAS, M. J. Truth tests and utility tests: decision-makers' frames of reference for social science research. *American Sociological Review*, Menasha, v. 45, n. 2, p. 302–313, 1980. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095127>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2095127?origin=crossref>. Acesso em: 30 abr. 2023.

WESTLUND, E.; STUART, E. A. The nonuse, misuse, and proper use of pilot studies in experimental evaluation research. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 246–261, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1098214016651489>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1098214016651489>. Acesso em: 30 abr. 2023.

WOLFENBERGER, W.; GLENN, L. *Pass: program analysis of service systems 3: a method for the quantitative evaluation of human services field manual*. 3. ed. Toronto: York University, 1975.

WOLTJER, J.; ALEXANDER, E.; RUTH, M. *Place-based evaluation for integrated land-use management*. Londres: Routledge, 2016.

XIAO, Y.; WATSON, M. Guidance on conducting a systematic literature review. *Journal of Planning Education and Research*, Cincinnati, v. 39, n. 1, p. 93–112, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0739456X17723971>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0739456X17723971>. Acesso em: 30 abr. 2023.

YOUNG, T.; PAPPENFORD, D. M. *Secure detention of juveniles and alternatives to its use*. Washington: National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice, 1977. Summary Report.